

Estratégia Externa e Empresa Multinacional

Ministro
JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO

RESULTADOS E PERSPECTIVAS

O Brasil realiza, hoje, uma das mais ricas experiências, no amplo painel das Nações que buscam acesso à sociedade dos desenvolvidos.

Essa experiência significa, antes de tudo, a efetivação das excepcionais potencialidades de crescimento de que é dotado o país.

O Brasil alcançou, em 1971, seus objetivos econômicos e sociais.

A taxa de crescimento do PIB alcançou o nível recorde de 11,3 por cento. Pelo quarto ano consecutivo a expansão global da economia foi acima de 9 por cento. O crescimento do PIB verificado em 1971 ultrapassa a soma das taxas de crescimento experimentadas nos anos de 1962, 1963 e 1964.

A inflação continuou sob controle, sem que o *deficit* governamental houvesse produzido qualquer efeito de expansão de preços. O índice do custo de vida (Guanabara) aumentou de 18,1 por cento, em comparação com 20,9 por cento em 1970. Pelo terceiro ano consecutivo, o balanço de pagamento apresentou *superavit* superior a US\$ 500 milhões, permitindo a elevação das reservas internacionais para nível acima de US\$ 1,7 bilhão. Tanto importações como exportações experimentaram crescimento acelerado. As exportações de manufaturados cresceram de 36 por cento, alcançando o valor de US\$ 616 milhões (classificação anterior).

As perspectivas para 1972 são nitidamente favoráveis. A expectativa de grandes safras nos principais produtos agrícolas e a circunstância de encontrar-se o setor industrial à plena carga, com demanda, emprego, produção e capacidade, expandindo-se rapidamente, permitem prever, realisticamente, mais um ano de crescimento do PIB na ordem de 9 por cento, com expansão industrial acima de 10 por cento e agrícola acima de 7 por cento.

É viável obter uma taxa de inflação cerca de 3 por cento inferior à de 1971 e um aumento de exportações de 15 por cento, alcançando o valor global de US\$ 3.300 a US\$ 3.400 milhões. As exportações de

manufaturados, com elevação de 30 por cento, ficariam na ordem de US\$ 800 milhões (classificação anterior).

Nesse quadro de realizações, efetivadas ou esperadas, é essencial salientar que nunca o setor privado esteve tão consolidado e ativo, no Brasil. Isso é evidência de que, no quadro de uma economia de mercado, como a nossa, o que é bom para o Brasil é bom para o setor privado.

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

É possível destacar quatro características essenciais dessa experiência brasileira.

Primeiro, o sentido de estabilidade e continuidade. Estabilidade política e social, como pré-condição para a continuidade dos objetivos, prioridades e filosofia básicas, consistentemente com a flexibilidade de instrumento e esquemas operativos.

Esse sentido de continuidade na realização da grande tarefa nacional encetada em 1964 constitui, hoje, patrimônio maior, e irreversível, da comunidade brasileira.

Segundo, a efetivação de um modelo econômico de competição e integração.

Competição, no sentido de realizar, através de novos e poderosos mecanismos fiscais e financeiros, a modernização de empresas e a reorganização de setores, na indústria e agricultura, para fortalecer o poder competitivo da economia nacional. Essa modernização, que cobre os aspectos da tecnologia, *management*, e estrutura financeira, tem significado, principalmente, uma nova dimensão de escala, pela realização de fusões, e a absorção de moderna tecnologia.

Integração, pela realização da aventura brasileira de conquista da Amazônia e do Centro-Oeste e de transformação da economia do Nordeste.

Como os homens, as Nações têm de colocar um pouco de heroísmo e senso de aventura em sua vida. Diante da apatia de certa fase da vida da Espanha, foi Unamuno quem propôs a realização de grande cruzada para descobrir o túmulo de Dom Quixote.

O Brasil do Presidente Médici decidiu realizar a aventura da integração nacional. Mas aventura dentro da racionalidade e objetividade do Plano Nacional de Desenvolvimento, ou seja, a aventura calculada, em que os projetos são financiados de forma não inflacionária e são compatíveis com a manutenção do crescimento nacional acelerado.

Essa política de integração nacional compreende, até agora, quatro grandes programas complementares: O PIN, em que se destaca a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá — Santarém, sistema que, colocado sobre a Europa, formaria um eixo que, transversalmente, iria de Lisboa a Moscou, e, verticalmente, de Hamburgo a Roma; o PROTERRA,

para reformulação da estrutura agrária do Nordeste e para criação de uma agricultura de mercado no Nordeste e na Amazônia; o PRODOESTE, para desenvolvimento do Planalto Central (Região Centro-Oeste); e, mais recentemente, o PROVALE, para desenvolvimento do Vale do São Francisco, que, na problemática do desenvolvimento brasileiro, tem pelo menos a significação que o TVA teve para o Sul dos Estados Unidos, embora represente, quantitativamente, investimento de menor dimensão.

Terceiro, o sentido de transformação econômica e social. Não a transformação cega e desconexa, como objetivo em si. Mas num contexto em que a comunidade nacional exerce o domínio sobre as mudanças, orientando-as para os objetivos nacionais de aceleração do crescimento, integração nacional e disseminação dos frutos do progresso econômico.

Exemplos dessas transformações são a criação de novas estruturas, maiores e mais eficientes, no campo da empresa privada; a reformulação agrária em vias de efetivação pelo PROTERRA; a criação do Programa de Integração Social (PIS) — um fundo destinado a complementar a renda e a poupança de todos os trabalhadores, no país, em adição aos benefícios do sistema de previdência social; e a realização de uma campanha nacional contra o analfabetismo, através do MOBREAL, que, em um ano e meio, já alfabetizou 2 milhões de pessoas e que, até o fim da década, eliminará virtualmente o analfabetismo no Brasil.

Evidência sugestiva da evolução social que se está efetuando no Brasil através da educação é a verificação realizada, em recente levantamento na maior Universidade brasileira, de que cerca de 40 a 50 por cento dos alunos provinham de pais analfabetos ou sem curso primário completo.

Quarto, a integração crescente do Brasil, na economia mundial, para tirar proveito de todas as oportunidades, em comércio, fluxo de capitais e transferência de tecnologia que permitam a aceleração da nossa taxa de crescimento.

ESTRATÉGIA EXTERNA E EMPRESA ESTRANGEIRA

Partindo da convicção de que o nosso desenvolvimento constitui tarefa, primordialmente, da sociedade brasileira, quem vem respondendo por pelo menos 95 por cento da poupança necessária a financiar o investimento total realizado no país, o Brasil baseia o seu plano em um modelo brasileiro de desenvolvimento. Modelo que significa a nossa maneira de organizar o Estado e moldar as instituições para um processo de desenvolvimento segundo os objetivos e a estratégia definidos pelo país. As implicações dessa estratégia alcançam a formulação de todas as políticas instrumentais — políticas monetária, de crédito, de balanço de pagamentos, de desenvolvimento industrial etc. A gestão da política econômica deve estar instrumentada para que qualquer empresa, nacional ou estrangeira, se conforme àquela estratégia e a essas políticas.

Na efetivação de uma estratégia externa nitidamente atenta ao interesse nacional, o Brasil permanecerá fiel a sua ideologia democrática e a seus compromissos continentais e com o mundo livre, mas não deseja perder qualquer oportunidade de acelerar seu crescimento através de relações econômicas com outros países.

As relações econômicas com os Estados Unidos, relações maduras e sem complexos que obscureçam a objetividade e a racionalidade, têm progredido satisfatoriamente. É evidência disso a expansão do comércio, que alcançou nível total (nos dois sentidos) de cerca de US\$ 1.850 milhões em 1971, em comparação com a média de US\$ 1.030 milhões no biênio 1966/67. O Brasil, como a América Latina em geral, mantém *deficit* na balança comercial com os Estados Unidos.

No quadro dessas relações talvez o aspecto, individualmente, de maior significação seja a superação da ofensiva neoprotecionista de certos círculos junto ao Congresso norte-americano. Como salientou o Presidente Nixon em sua mensagem sobre o "Estado da União", a solução para a crescente concorrência de manufaturados do exterior não é construir um muro tarifário em torno dos Estados Unidos, mas fortalecer a posição competitiva da empresa norte-americana. Um dos pretextos invocados para aquela ressurgência protecionista está superado — o de uma posição artificialmente desfavorável para o dólar, hoje ultrapassada pela desvalorização deste e pela valorização de outras moedas fortes.

Dois pontos, nesse sentido, são importantes. De um lado, é de grande significação, para que o Brasil possa emergir, progressivamente, como Nação desenvolvida, que nenhum obstáculo adicional, tarifário ou não tarifário seja oposto às exportações de manufaturados provenientes de países subdesenvolvidos. De outro lado, como recordou o Presidente Nixon em sua recente mensagem sobre o "Estado do Mundo", é chegada a hora de os Estados Unidos iniciarem o seu sistema de preferências gerais em favor das exportações de manufaturados das áreas em desenvolvimento, agora que o Mercado Comum Europeu, Japão, Inglaterra e outros desenvolvidos, inclusive por instância dos Estados Unidos, já efetivaram aquele sistema.

Do lado da empresa privada, é relevante destacar alguns aspectos particularmente importantes para que os grandes investidores americanos, que hoje encontram, no Brasil, um clima altamente favorável à expansão da iniciativa privada, possam orientar-se segundo aquela estratégia nacional de desenvolvimento.

Inicialmente, no esforço de modernização tecnológica e de *management* que a estrutura empresarial brasileira está realizando, a empresa estrangeira pode desempenhar papel relevante, seja acelerando a transferência de moderna tecnologia em setores de maior complexidade tecnológica, seja dotando suas subsidiárias no Brasil de orçamento próprio de pesquisa, para as adaptações de desenho industrial e *engineering* necessárias e para o estudo de problemas tecnológicos especificamente brasileiros.

Na área de exportações de manufaturados, inclusive quanto à industrialização de produtos agrícolas, o Brasil não deseja ficar limitado a certos ramos industriais tradicionais, como têxteis e calçados, certamente relevantes no futuro imediato. Deseja, progressivamente, ingressar na exportação de produtos das indústrias dinâmicas. Daí o papel da empresa estrangeira, que já tem participação significativa na produção de tais ramos e dispõe de *know-how* e contatos para a comercialização no exterior. Essa participação da empresa estrangeira no programa brasileiro de exportação já é hoje uma realidade, haja vista o número de grandes empresas americanas que têm ação nesse sentido, mas poderá ser ampliada consideravelmente, inclusive mediante acordos de complementação, com as suas matrizes nos Estados Unidos, para permitir a exportação de componentes e/ou produtos finais para diferentes mercados, no Continente e na Europa.

No tocante ao acesso das subsidiárias de empresas estrangeiras ao mercado de capitais, no Brasil, o cuidado a observar é no sentido de que o programa de democratização do capital das empresas, com incentivos fiscais extensíveis à empresa estrangeira, beneficie amplamente a empresa nacional. Também em relação ao caso de incentivos fiscais regionais, é relevante que os projetos implementados por empresas estrangeiras se destinem a setores de marcante prioridade, com adequada participação de recursos do empresário.

Em geral, deve interessar à empresa estrangeira o sucesso da política em vigor, de fortalecimento da empresa nacional, para que esta possa crescer rapidamente, nos campos em que dispõe de *know-how* e capacidade de investimento. Tal fortalecimento evita qualquer tendência à estatização de atividades diretamente produtivas, e assegura a viabilidade econômico-política da orientação antiestatizante que o Governo brasileiro vem adotando desde 1964.

CONCLUSÕES

A comunidade brasileira está consciente das insuficiências do nosso desenvolvimento econômico e social, sem embargo do progresso realizado. Em particular, certos indicadores sociais ainda mostram camadas da população fora dos benefícios da economia moderna, em setores ou regiões que só progressivamente passam a alcançar níveis razoáveis de produtividade e bem-estar.

É importante assinalar que tais indicadores não decorrem de uma anormalmente desigual distribuição de renda, pois o perfil da distribuição de renda, no Brasil, é semelhante ao de outros países subdesenvolvidos no mesmo estágio de crescimento, notadamente na América Latina.

Diferentemente do que se observa em países desenvolvidos, a pobreza, no Brasil, é fenômeno essencialmente vinculado à problemática do desenvolvimento, muito mais que a desajustamentos sociais. As categorias de

renda muito baixa estão localizadas em setores ou regiões de produtividade anormalmente baixa (exemplo: agricultura de subsistência do Nordeste), ou se referem a analfabetos. Tais problemas estão sendo atacados, de frente, pelas prioridades da política de desenvolvimento, consoante já salientado.

Por outro lado, mesmo reconhecendo que só o crescimento econômico proporcionará a elevação sistemática, acelerada e auto-sustentável dos níveis de bem-estar de todas as categorias sociais, o Governo tem sido inovador no campo das medidas para melhoria da distribuição de renda, assegurando a transferência dos ganhos de produtividade para os trabalhadores, através da política salarial e da política de preços, criando os Fundos de Integração Social, estendendo a previdência social à zona rural, e realizando maciços programas nas áreas de educação, habitação e saúde-saneamento, em dimensão que às vezes ultrapassa a soma dos programas públicos realizados, em tais campos, por toda a América do Sul.

O objetivo nacional não é apenas o crescimento. É a construção da sociedade desenvolvida, no Brasil, no espaço de uma geração. Isso importa em alto nível de renda e na formação de uma sociedade de consumo de massa, mas, igualmente, na existência de uma sociedade sem privilégios, sem preconceitos, de uma sociedade de oportunidades, aberta e livre.

“A moderna estratégia não mais se baseia apenas em operações militares em larga escala, mas inclui manobras políticas, econômicas, tecnológicas e psicológicas, além da penetração ideológica, capazes de aumentar os fatores de poder de uma nação ou coalizão.”